



## **09 DE JUNHO DE 2011**

### **Quinta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **INFORME NOVOS PROJETOS DE LEIS 15.2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **CONTRAN VETA INSTALAÇÃO DE FAROL DE XÊNON**
- **PREVISÃO É DE 6 MI DE BARRIS/DIA EM 2020**
- **MAIS BARATO, ÁLCOOL REGISTRA VENDA MAIOR**
- **GOVERNO OFERECE IPI MENOR PARA "CARRO VERDE"**
- **METALÚRGICOS E VOLKSWAGEN VOLTAM A NEGOCIAR HOJE**
- **LEILÃO DE TRANSMISSÃO ATRAI DEZ COMPETIDORES**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PARANÁ É A MAIS FRACA EM SEIS MESES**
- **COPOM SOBE SELIC E PROMETE AJUSTE LONGO**
- **SUZANO ADIA NOVAS FÁBRICAS DE CELULOSE E AÇÕES CAEM**
- **VOLKSWAGEN JÁ TEM PREJUÍZO DE R\$ 1 BILHÃO POR CAUSA DA GREVE**
- **EMPRESA PAGARÁ R\$ 100 MIL POR ASSINAR CTPS COM SALÁRIO MENOR**
- **RIO BRAVO FAZ PARCERIA COM ORTENG PARA INVESTIR R\$ 1 BILHÃO EM PCHs**
- **GRUPO VOTORANTIM VAI TOMAR US\$ 2,65 BILHÕES DE EMPRÉSTIMO**
- **TRABALHADOR É MULTADO POR MÁ-FÉ**
- **APROVAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO AMPLIA COMPETITIVIDADE**
- **FEDERAÇÃO PARANAENSE RECEBE VISITANTES DA ÁFRICA DO SUL**
- **NOVA FÁBRICA DA GM EXIGIRÁ MAIS DE R\$ 350 MILHÕES**

- **BRASIL - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS CORRE RISCO DE EXTINÇÃO**
- **GIGANTE RUSSA DO AÇO ENTRA NO BRASIL.**
- **POLÍTICA INDUSTRIAL: INOVAÇÃO É O FOCO**
- **IR - PESSOA FÍSICA - CRÉDITO DO 1º LOTE DE RESTITUIÇÃO SERÁ CREDITADO DIA 15/6**
- **TRIBUNAL - ESTABILIDADE DE MEMBRO DE CIPA GARANTE REINTEGRAÇÃO, MAS NÃO INDENIZAÇÃO**
- **CONECTIVIDADE SOCIAL - VEJA A MENSAGEM DIVULGADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

<b>Câmbio</b> Em 09/06/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,587	1,589
<b>Euro</b>	2,301	2,304

Fonte: BACEN

## **Contran veta instalação de farol de xênon**

09/06/2011- Gazeta do Povo

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) proibiu a instalação de faróis de xênon (que utilizam gás xenônio) em todo o país. A resolução já foi publicada no Diário Oficial da União e foi adotada, segundo o Contran, por uma questão de segurança. A potência das lâmpadas de xênon é três vezes superior à dos faróis normais, podendo ofuscar a visão dos motoristas que trafegam em sentido contrário. A resolução autoriza a substituição dos faróis de xênon pelo sistema normal de iluminação nos veículos que vêm de fábrica com o equipamento mais potente. Mais potente e com fecho de luz em tom azulado, o farol de xênon é comum nos veículos importados mais caros. Quem insistir no uso desse tipo de farol pode receber multa de R\$ 127,69 e cinco pontos na carteira de habilitação

## **Previsão é de 6 mi de barris/dia em 2020**

09/06/2011- Gazeta do Povo

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, disse ontem que a produção de petróleo da Petrobras atingirá cerca de 6 milhões de barris/dia em 2020. O número supera a previsão atual da companhia de extrair 3,9 milhões de barris/dia naquele ano, contida no plano de negócios da empresa 2010-2014. A diferença, diz, se deve à inclusão das reservas obtidas com a cessão onerosa de áreas do pré-sal da União, pela qual a Petrobras adquiriu o direito de explorar reservas de até 5 bilhões de barris. A estatal pagou a União com recursos da capitalização realizada no ano passado, da qual o próprio governo participou com a emissão de títulos. Gabrielli disse ainda que o plano de negócios 2011-2015 está sendo finalizado e deve ser divulgado "em breve".

## **Mais barato, álcool registra venda maior**

09/06/2011- Gazeta do Povo

Depois de chegarem, em abril, ao menor volume desde outubro de 2006, as vendas de álcool voltaram a crescer no mês passado, embaladas pela queda nos preços do combustível. Dados preliminares do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) – que reúne as principais empresas do setor – mostram retomada das vendas nas últimas semanas, ao mesmo tempo em que a gasolina abriu espaço, e teve leve queda. As vendas de álcool das associadas ao sindicato – que representam 79% do mercado de combustíveis – cresceram 43% em maio, chegando a 400 milhões de litros, ante 280 milhões em abril. Em abril deste ano, o

combustível custava, em média, R\$ 2,345 em todo o país. Em maio, caiu para R\$ 2,117, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

## Governo oferece IPI menor para "carro verde"

09/06/2011- Gazeta do Povo

O governo está finalizando uma política de redução definitiva de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos menos poluentes. Em contrapartida, as empresas terão de investir mais em tecnologia para desenvolver motores mais eficientes e que emitam uma menor quantidade de gases nocivos ao meio ambiente, como o gás carbônico. A discussão passa por três eixos: emissão-eficiência, tecnologia e competitividade.

Um dos impasses que tem travado a discussão dentro do governo passa por um posicionamento do Ministério da Agricultura. A necessidade de redução de poluentes é um consenso, mas, para técnicos da pasta, essa diminuição tem de vir acompanhada de uma maior eficiência dos motores em relação à queima de combustíveis. A avaliação é a de que o automóvel brasileiro é "gastão" e a indústria nacional tem condições de tornar o consumo energético menor.

### Pressão

A dificuldade em aperfeiçoar os veículos estaria na pressão que as montadoras, grandes empregadoras e pagadoras de impostos, fazem no governo. Os estudos do governo consideram o modelo europeu, onde carros com motores mais potentes são menos poluentes que no Brasil.

Além de trazer uma redução da emissão de gases, a nova política reduziria a demanda por etanol e gasolina. A redução do uso de combustíveis é um objetivo que o governo tem neste momento em que elabora uma série de medidas para evitar a oscilação drástica dos preços do álcool.

### Arrecadação

A redução definitiva de IPI com foco ambiental chegou a ser discutida no passado com as montadoras, depois que o Ministério da Fazenda retirou os incentivos fiscais que as empresas receberam durante a crise financeira internacional. Os carros movidos a álcool, bicomcombustíveis (flex) e com motores de baixa cilindrada foram os que tiveram a maior redução do imposto justamente por serem menos poluentes. A intenção foi abandonada na época porque a equipe econômica decidiu trabalhar com uma meta mais elevada de superávit primário das contas do setor público em 2010.

Agora, com o caixa mais reforçado e com uma nova política industrial em gestação e com o foco na inovação, o governo quer pôr a ideia em prática. O governo gostaria de transformar o Brasil numa plataforma de produção de tecnologia limpa e numa referência em termos de combinação de economia e meio ambiente.

A Anfavea (associação das montadoras) tem defendido a necessidade de priorizar os carros bicomcombustíveis, já que o Brasil é líder na tecnologia do uso do etanol como combustível. O país, no entanto, já encontra um obstáculo que é justamente o descompasso entre o crescimento da oferta de álcool no Brasil e o aumento da velocidade do consumo. Assim, se apenas houver aumento do número de veículos

rodando com etanol no país, os preços tendem a continuar a disparar em cada fim de ciclo de cana, com impactos sobre a inflação.

## **Metalúrgicos e Volkswagen voltam a negociar hoje**

09/06/2011- Gazeta do Povo

Uma nova rodada de negociação para o fim da greve dos trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais entre a montadora e o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) está agendada para a manhã de hoje. Na assembleia de ontem, os metalúrgicos decidiram manter a paralisação, que completa 35 dias nesta quinta-feira.

Conforme anunciado anteriormente pelo presidente do sindicato, Sérgio Butka, somente o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) não será suficiente para o fim da paralisação. O SMC vai levar duas alternativas à empresa: discutir a PLR atrelada à negociação nos dias parados; ou um "pacotão" de benefícios com a PLR, data-base, abono salarial e plano de cargos e salários. Procurada pela reportagem, a Volks comunicou que não vai se pronunciar sobre o caso.

De acordo com o sindicato, 21.310 carros dos modelos Fox, CrossFox, Golf e Fox Europa deixaram de ser produzidos. Os trabalhadores reivindicam uma PLR de R\$ 12 mil, com primeira parcela de R\$ 6 mil. A primeira proposta da Volks foi de uma parcela de R\$ 4,6 mil, depois elevada para R\$ 5,2 mil. A segunda parcela seria discutida no segundo semestre, conforme o cumprimento de metas estabelecidas.

## **Leilão de transmissão atrai dez competidores**

09/06/2011- Gazeta do Povo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que o leilão de transmissão, que será realizado na próxima sexta-feira, atraiu o interesse de nove empresas e um consórcio. A Chesf é a única subsidiária do grupo Eletrobras que participará do leilão. Ela está na disputa sozinha e também como integrante do consórcio Extremoz (com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista).

As empresas vão disputar três lotes compostos por subestações e linhas de transmissão com extensão total de 440 quilômetros. Segundo a Aneel, a construção dos empreendimentos deve demandar investimentos da ordem de R\$ 750 milhões, com uma geração de 4,5 mil empregos diretos. O leilão visa à contratação de concessões de empreendimentos que vão integrar a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em conjunto com instalações de transmissão de interesse exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICGs). As ICGs, segundo a Aneel, são necessárias para escoamento da energia eólica comercializada nos leilões de fontes alternativas e de energia de reserva realizados no ano passado.

## **Produção industrial do Paraná é a mais fraca em seis meses**

09/06/2011- Gazeta do Povo

Depois de avançar 0,8% em março, a produção industrial do Paraná caiu 1,9% em abril, na comparação com o mês anterior, atingindo o menor nível desde outubro do ano passado. Apesar disso, no acumulado de 2011 o resultado da indústria estadual ainda é positivo, e aparece entre os três melhores do país.

De acordo com dados publicados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10 das 14 atividades industriais pesquisadas no estado perderam ritmo de março para abril. O resultado negativo foi puxado por fortes recuos em segmentos como edição e impressão e máquinas e equipamentos. Apenas os ramos de refino de petróleo e álcool, produtos químicos, alimentos e veículos registraram alta no mês.

A retração paranaense foi mais suave que a verificada na média de todo o país. Em abril, a produção nacional recuou 2,1% em relação a março, conforme divulgado na semana passada. Foi a maior retração em mais de dois anos, num movimento que economistas e o IBGE atribuíram à desaceleração no ritmo de concessão de crédito, ao aumento dos juros e também ao crescimento das importações.

O dado do Paraná também supera o nacional na comparação com resultados de 2010. A produção do estado cresceu 1,4% em abril em relação ao mesmo mês do ano passado, contra uma queda de 1,3% na atividade industrial de todo o país. Além disso, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, a indústria estadual cresceu 3,8% sobre o mesmo período de 2010, acima do avanço brasileiro, de 1,6%. Apenas dois estados têm desempenho melhor – Espírito Santo, com avanço de 12%; e Rio de Janeiro, com 3,9%.

### **Segmentos**

O crescimento da indústria paranaense em 2011, no entanto, não é homogêneo. Segundo o IBGE, 5 dos 14 segmentos avaliados estão produzindo menos neste ano do que em 2010. Vale destacar que, em abril, a indústria estadual ainda não havia sofrido os efeitos das greves nas montadoras da região metropolitana de Curitiba, iniciadas em maio – a da Volkswagen persiste até agora.

Em comentário enviado à imprensa, o presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Gilmar Mendes Lourenço, afirmou que a performance positiva nos quatro primeiros meses do ano “pode ser imputada ao dinamismo do agronegócio, da demanda institucional e da construção civil”.

Para Lourenço, os rumos da indústria paranaense no restante do ano dependem diretamente de “duas sinalizações contrárias”. Uma delas, negativa, é a “manutenção da intransigente e restritiva estratégia de combate à inflação, por parte das autoridades monetárias”. A outra, positiva, é “o desencadeamento de uma nova etapa de atração de investimentos pelo estado, em face da flagrante melhoria do clima institucional para a realização de negócios”, afirma o presidente do Ipardes, em referência à política conduzida pelo governo estadual, ao qual o instituto é subordinado.

### **Copom sobe Selic e promete ajuste longo**

09/06/2011- Gazeta do Povo

O Comitê de Política Monetária (Copom) seguiu exatamente o roteiro previsto pelo mercado financeiro e decidiu ontem elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,25

ponto porcentual, para 12,25% ao ano. Com o movimento, o colegiado do Banco Central (BC) dá sequência ao processo de aperto monetário que tem por objetivo reverter a tendência dos indicadores de preços em 12 meses e colocar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de volta à meta de 4,5% em 2012.

Ao anunciar a decisão, o BC manteve o teor do comunicado da decisão de abril. "Considerando o balanço de riscos para a inflação, o ritmo ainda incerto de moderação da atividade doméstica, bem como a complexidade que envolve o ambiente internacional, o Comitê entende que a implementação de ajustes das condições monetárias por um período suficientemente prolongado continua sendo a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para a meta em 2012", disse o colegiado do BC no comunicado de anúncio da decisão de ontem.

A elevação da taxa de juros busca conter o ímpeto da demanda de bens e serviços na economia brasileira, que tem sido apontado como um dos fatores por trás da escalada dos preços no país. Com juros mais altos, não só o crédito fica mais caro (especialmente em um ambiente no qual medidas adotadas pelo governo restringem o alongamento de prazos) para os consumidores, mas também se cria um incentivo para as pessoas guardarem dinheiro em vez de aproveitarem seus ganhos de renda para gastar mais.

### "Coerência"

O ex-diretor do BC e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, explicou que, diante da sinalização dada em abril, o Copom não tinha alternativa a não ser subir o juro em 0,25 ponto porcentual. Segundo ele, as condições da economia, com desaceleração do crescimento e redução nos índices de preços, até permitiriam manter a Selic, mas, diante da mensagem passada pelo BC e das expectativas para 2012 ainda acima do centro da meta, a alta do juro básico é uma questão de coerência.

Segundo Freitas, o aperto monetário de 0,25 ponto porcentual agora tem maior potência do que vinha ocorrendo. Isso porque a taxa de juros real, que desconta a inflação, a partir de agora deve ser maior, já que o país entrou em uma fase de "surpresas deflacionárias", depois de um início de ano em que a inflação ficou acima do que todo mundo esperava. "O juro real maior pode levar o BC a repensar novos aumentos da Selic", disse o economista, para quem uma sinalização mais clara deverá ser dada na ata do Copom na semana que vem, ou no relatório de inflação no fim deste mês. "Se as expectativas de inflação continuarem caindo, não há motivo para o juro subir mais", completou.

Para o economista-chefe do banco cooperativo Sicredi, Alexandre Barbosa, a situação da economia brasileira exige juros maiores, pois a inflação não decorre só de choques de oferta (como a alta de preços de alimentos), mas também de um excesso de demanda por bens e serviços. Ele espera pelo menos uma alta de 0,25 ponto porcentual em julho na Selic. E avalia que a economia precisa crescer menos de 4% por algum tempo para que a inflação seja colocada de volta na meta.

## Suzano adia novas fábricas de celulose e ações caem

09/06/2011- Gazeta do Povo

A **Suzano** reviu mais uma vez o cronograma para a construção de duas novas fábricas de celulose, adiando o início das operações das unidades que terão, cada uma, capacidade de 1,5 milhão de toneladas.

O presidente da empresa, Antonio Maciel Neto, atribuiu a decisão ao câmbio desfavorável, aos custos para acelerar a construção das unidades e, principalmente, à necessidade de manter a solidez financeira da companhia. Os investimentos estimados nas duas linhas de produção são de 4,6 bilhões de dólares.

A fábrica no **Maranhão**, que pela última previsão deveria iniciar atividades em abril de 2013, terá começo da operação em novembro do mesmo ano. Em 2011, os aportes nessa unidade serão de 1,154 bilhão de reais, parte de um orçamento da Suzano de 3,5 bilhões de reais para o atual exercício.

A Suzano também postergou a compra de equipamentos industriais para a fábrica no **Piauí** para o primeiro semestre de 2014, antes planejada para o final de 2012 ou começo de 2013. Diante disso, o início das operações dessa fábrica ficará para o primeiro semestre de 2016, cerca de um ano e meio após o programado inicialmente.

Segundo Maciel, antecipar as novas fábricas "traria muitos custos", e a companhia optou por uma abordagem mais conservadora.

Às 13h03, as ações da Suzano tinham queda de 3,85%, cotadas a R\$ 12,98. Os papéis não integram o Ibovespa, principal índice do mercado acionário local que exibiu leve queda de 0,11%.

O crescimento médio anual da produção de papel e celulose da Suzano deve ser de 14% no período 2010-16, menor do que os 18% entre 2004 a 2010, disse Maciel.

"Um ritmo um pouco menor, mas mesmo assim muito forte, pouquíssimas empresas crescem dois dígitos por ano mais de 10 anos seguidos."

Em 2012, a Suzano planeja investir R\$ 4 bilhões e no ano seguinte outros R\$ 2,2 bilhões. O total para o triênio 2011-13 é de R\$ 9,7 bilhões.

O plano de negócios de longo prazo da Suzano também considera uma terceira nova fábrica de celulose, depois das unidades no Maranhão e Piauí, mas ainda não há detalhes.

## **Alavancagem**

A Suzano estima uma relação entre dívida líquida e **Ebitda** (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação) de 3 a 3,5 vezes para este ano. Em março, o indicador estava em 3,3 vezes.

Para manter a alavancagem apesar dos maiores investimentos, a companhia deve vender uma participação de 17,9% que tem na **usina hidrelétrica de Capim Branco (MG)**, se desfazer de terras não utilizadas no estado de São Paulo, além de emitir 1,2 bilhão de reais em debêntures conversíveis em ações que serão compradas pelo BNDESPar, braço de participações do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**.

Em outra frente, a Suzano planeja vender para um parceiro estratégico até 49% da **Suzano Energia Renovável**, unidade de negócios de biomassa a partir do eucalipto criada em julho do ano passado.

**Volkswagen já tem prejuízo de R\$ 1 bilhão por causa da greve**

09/06/2011- O Estado do Paraná

Os 3,1 mil metalúrgicos da Volkswagen, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), decidiram nesta quarta-feira (8), durante assembleia, em porta de fábrica, manter a greve pela Participação nos Lucros e Resultados 2011 (PLR). A decisão foi definida logo após o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) passar aos trabalhadores o resultado das reuniões com a montadora: a empresa não apresentou avanço nas negociações e pediu um prazo até quinta-feira (9) para apresentar uma proposta. Dessa forma, a greve chega ao 35º dia. Na manhã desta quinta-feira, a Volkswagen se reunirá novamente com o SMC. Uma nova assembleia ocorrerá na tarde, às 14h, novamente na porta de fábrica da empresa.

Os 35 dias de greve já geraram à montadora um prejuízo de R\$ 1 bilhão, pois 21.310 carros dos modelos Fox, Crossfox, Golf e Fox Europa, deixaram de ser produzidos.

Durante a reunião com a Volks, o SMC apresentou duas alternativas de negociação para a Volks: A primeira seria discutir o valor da PLR atrelado com a discussão dos dias parados. A segunda opção seria negociar com a empresa um "Pacotão", que incluiria PLR, data-base, abono salarial e tabela salarial. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka, não é mais possível discutir PLR sem discutir os dias parados. Segundo ele, a única outra opção é a negociação do pacote, que incluía outros benefícios além da PLR.

Butka também afirmou que durante a reunião, a empresa demonstrou que quer negociar. "Nestes 35 dias, pela primeira vez sentimos disposição por parte da empresa em discutir uma proposta. Esperamos que até o final de semana seja possível fechar um bom acordo para os trabalhadores", afirmou.

## **Números**

A greve já afeta 23 mil trabalhadores, entre diretos, terceirizados, fornecedores e distribuidores. Algumas empresas já deram férias coletivas aos seus trabalhadores. Nas concessionárias da marca, o efeito da greve já é sentido. Só a Corujão, do Paraná, diz que deixou de faturar 12% devido a falta de carros, principalmente da marca Fox.

## **Reivindicação**

Os trabalhadores querem uma PLR de R\$ 12 mil com valor mínimo de R\$ 6 mil para a 1ª parcela. Além disso, a empresa deve assumir os dias parados.

**Empresa pagará R\$ 100 mil por assinar CTPS com salário menor**

09/06/2011- O Estado do Paraná

Um aposentado que durante 17 anos teve sua carteira de trabalho assinada com valor abaixo da quantia real do salário recebido vai receber indenização por dano moral de

R\$ 100 mil e todas as perdas causadas em sua aposentadoria devido a essa diferença. A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu recurso da Transportes Versa Ltda. e manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) desfavorável à empresa.

De acordo com o processo, o aposentado trabalhou para a transportadora durante 23 anos, de 1981 a 2004. Até 1998, o recolhimento previdenciário era feito com base no salário da sua categoria profissional, que era o valor registrado na carteira de trabalho, sem o acréscimo da comissão de 18% recebia por cada frete. A partir de 1998, próximo de sua aposentadoria, a Versa começou a pagar a contribuição previdenciária pelo valor real do salário, de R\$ 1.031,00. No entanto, essa base de contribuição não foi aceita pelo INSS para efeito da aposentadoria em 2000 porque o aumento salarial não foi estendido aos demais empregados e por não ter ocorrido troca de função do empregado. Assim, o trabalhador foi aposentado com R\$ 581,79 mensais.

O Tribunal Regional, quando julgou o processo, manteve a sentença da 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul-RS, tanto com relação ao dano moral, de R\$ 100 mil, quanto ao dano material, que cobre os prejuízos financeiros sofridos com a aposentadoria menor até o trânsito em julgado do processo, além do pagamento das diferenças nas verbas rescisórias, como FGTS, férias e 13º salário. Para o TRT, o autor do processo, que trabalhou 23 anos para a Versa, "teve frustrada a expectativa" de receber a aposentadoria calculada sobre o teto máximo de contribuição. "No momento em que se encontra enfermo, sem condições de continuar trabalhando, passa a depender exclusivamente de aposentadoria em valor muito inferior ao que deveria estar auferindo", ressaltou a decisão do Tribunal. "É indiscutível que essa situação atingiu a moral e a honra do reclamante, gerando-lhe sofrimento íntimo, o qual deve ser reparado por compensação financeira", concluiu o TRT em sua decisão.

A ministra Delaíde Miranda Arantes, relatora na Sétima Turma do TST, não conheceu do recurso de revista da empresa contra o valor da indenização por dano moral e contra o teto máximo da aposentadoria como referência para o cálculo das diferenças a serem recebidas como dano material. De acordo com a ministra, tanto a Vara do Trabalho, que condenou a empresa, quanto o TRT, que manteve a sentença, "não agiram de forma que se pudesse reconhecer presente uma excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano. Ao contrário, atuaram de forma a amenizar o prejuízo financeiro efetivo sofrido pelo reclamante".

Processo: **RR - 107900-28.2004.5.04.0402**

(Fonte: Secretaria de Comunicação Social do TST)

## Rio Bravo faz parceria com Orteng para investir R\$ 1 bilhão em PCHs

09/06/2011- Valor Econômico

Os investimentos no setor elétrico voltaram a atrair as atenções de fundos de private equity administrado por brasileiros renomados no mercado financeiro. A Rio Bravo, do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, fechou nesta semana parceria com o grupo mineiro Orteng para juntos investirem R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos na construção de onze pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Na semana passada, a administradora de outro ex-presidente do BC, a Gávea Investimentos, de Armínio Fraga, oficializou a capitalização de R\$ 200 milhões na MPX Energia.

O movimento em direção ao setor elétrico também agrega o interesse de fundos estrangeiros, como no caso do Pincus, o maior hedge fund do mundo que aportou, no ano passado, R\$ 350 milhões na Omega, empresa da administradora Tarpon Investimentos. No início deste ano, capitalizada, a Omega comprou uma série de projetos de PCHs e eólicas da Copart.

### **Na semana passada, a Gávea Investimentos oficializou aporte de R\$ 200 milhões na MPX Energia**

Os diversos anúncios chegam em um momento em que algumas administradoras de recursos já começam a colher os frutos dos investimentos que fizeram há alguns anos. No mês passado, a Ersa, empresa de energia renovável que é capitaneada pelo Pátria Investimento, do ex-diretor do BNDES Octávio Castello Branco anunciou a incorporação da empresa pela CPFL Energia. Nasceu dessa união a CPFL Renováveis, que tem um plano de investimentos de R\$ 5 bilhões para os próximos anos e a abertura de capital em bolsa de valores.

A Ersa nasceu em meados dos anos 2000, justamente em um movimento parecido de aposta de administradora de recursos no setor elétrico que acreditavam nas PCHs como oportunidades de grandes retornos. As empresas que nasciam desses investimentos já se credenciavam, inclusive, no mercado de capitais para lançamento de ações. Era o movimento de empresas pré-operacionais na bolsa, a exemplo do que a própria MPX fez. A empresa constrói uma série de usinas termelétricas que ainda não geram receita para a companhia.

Mas desde 2007, o mercado de capitais se fechou para esse tipo de emissão. A própria Ersa foi buscar outro tipo de sócio, como os fundos de pensão, e buscou novas opções de investimentos, como as eólicas. Além disso, os projetos de pequenas centrais hidrelétricas passaram a sofrer com atrasos em concessão de licenciamentos ambientais e a burocracia para aprovação de projetos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Boa parte da aposta se voltou para o mercado de energia eólica e biomassa.

## **BB Votorantim registrou na CVM, em maio, três fundos destinados a investir em energia renovável**

O sócio e co-fundador da Orteng, Ricardo Vinhas, diz, entretanto, que o mercado para PCHs ainda é atrativo e que os prazos na Aneel começam a ficar mais curtos. Da carteira de onze PCHs que serão transferidas à RBO Energia, que também já nasce como sociedade anônima, duas delas terão a construção iniciada no próximo ano. A estratégia, segundo conta o gestor do fundo Rio Bravo Energia I, Sérgio Brandão, é vender a energia no mercado livre, que dá incentivos aos consumidores que compram o insumo desse tipo de empreendimento.

O fundo de investimentos em participações foi lançado no ano passado e possui um patrimônio de R\$ 300 milhões. O regulamento permite investimentos em transmissão e até mesmo em usinas termelétricas, mas será no setor de energias renováveis que os investimentos se concentrarão, segundo Brandão. Neste ano, uma nova captação será feita para elevar o patrimônio a R\$ 600 milhões. O fundo foi criado por uma demanda das fundações, que são os principais cotistas do Rio Bravo Energia I.

Essa nova leva de investimentos, principalmente em energias renováveis, não deve parar por aí. Em maio, o BB Votorantim registrou três fundos de investimentos em participações em energias renováveis na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), todos com o objetivo de captar recursos para investir em PCHs, eólicas e biomassa.

## **Grupo Votorantim vai tomar US\$ 2,65 bilhões de empréstimo**

09/06/2011- Valor Econômico

A Votorantim Industrial está sondando os bancos para definir quem vai liderar um empréstimo-jumbo de US\$ 2,65 bilhões com prazos longos que chegam a nove anos. A empresa está se aproveitando da ampla liquidez disponível no mercado de crédito bancário externo para o Brasil e melhorando o perfil de seu endividamento, segundo confirmou a empresa.

A ideia, segundo a companhia, é reduzir a dívida bruta e alongar seu prazo médio de vencimento. Atualmente a empresa tem três operações de pré-pagamento à exportação que somam US\$ 1,64 bilhão em andamento. Planeja converter essas operações em uma única, com novas condições e prazos. A operação nova será de US\$ 1,15 bilhão e o valor remanescente de US\$ 500 milhões será liquidado antecipadamente, planeja a companhia.

Uma parcela de US\$ 1,5 bilhão do novo empréstimo virá de uma linha de crédito rotativo, ou, no jargão do mercado externo, um "standby revolving", com prazo de vencimento em cinco anos. Essa operação substituirá a atual linha de US\$ 400 milhões, constituída em 2007 e que nunca foi utilizada, diz a Votorantim. Por meio dessa linha, semelhante a um cheque especial, a empresa paga comissão para ficar com os recursos disponíveis, mas só saca quando e se precisar. No "revolving", a empresa pode sacar a linha e pagar, depois sacar de novo, até o prazo de vencimento.

Como a Votorantim está sinalizando aos bancos que também não pretende sacar o US\$ 1,5 bilhão em recursos, as instituições financeiras acreditam que a empresa conseguirá pagar prêmios de risco sobre a Libor, a taxa interbancária de Londres, quase tão baixos quanto os pagos pela Vale no "standby" de US\$ 3 bilhões tomado no

início deste ano. Se sacar um terço da linha, a Vale vai pagar prêmio de 65 pontos básicos, se sacar dois terços, 80 pontos, e acima de dois terços, 95 pontos básicos.

Os prêmios pagos pela Vale, segundo especialistas de bancos, ficaram abaixo do custo de captação de muitos bancos, que estão apostando todas as suas fichas que a empresa não vai mesmo sacar os recursos. Os mesmos spreads agressivos podem acontecer com o Grupo Votorantim, acreditam as instituições financeiras internacionais. Com o cheque especial, a Votorantim pode liberar caixa para investimentos.

Tradicionalmente conservador e pouco alavancado, o grupo ficou em situação complicada quando, em outubro de 2008, o valor do dólar explodiu, e a empresa teve de desmontar opções de venda de dólar acopladas a swaps com verificação periódica que sugavam o seu caixa e totalizariam US\$ 6 bilhões, segundo o mercado. As perdas chegaram a R\$ 2,2 bilhões, segundo calculou a Moody's.

Foi então que a dívida líquida do Votorantim explodiu e foi a R\$ 24,2 bilhões no final de 2008, em relação aos R\$ 7,8 bilhões de 2007, um aumento de mais de 200%. A relação entre a dívida e a geração de caixa operacional (ebitda, lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) que vinha controlada, entre 1,13 e 1,24 vez desde 2005, chegou a atingir os 3,5.

Em meio à situação de emergência, o grupo vendeu ativos e iniciou um grande processo de "gerenciamento de passivos" que está ainda em processo agora. Desde então, a Votorantim reduziu sua alavancagem, com a relação entre a dívida líquida e o ebitda caindo de 3,58 vezes em 2008 para 3,12 em 2009 e para 2,38 no final do ano passado. A meta da empresa é chegar a 2.

A dívida líquida ficou em um total de R\$ 15,5 bilhões no fim de 2010, mas o prazo médio subiu de 3,8 anos em dezembro de 2009 para 5,5 anos no final de 2010. O caixa de R\$ 7,8 bilhões no final de 2010 era suficiente para pagar 3,5 anos de dívida.

"O mercado está bem favorável aos tomadores", afirma Samuel Canineu, vice-presidente para sindicalização nas Américas do ING. "Há uma liquidez profunda, com os spreads das empresas caindo em maior velocidade do que os spreads dos bancos que fazem empréstimos externos ao Brasil", conta Ernesto Meyer, coordenador de financiamentos para aquisição e operações sindicalizadas para a América Latina do BNP Paribas. "Há mais oferta de linhas do que demanda das empresas", diz.

Com isso, segundo Meyer, muitos bancos procuram alongar os prazos das transações em busca de algum retorno. "Há muitos empréstimos para grandes corporações que têm passado o prazo de dez anos", diz Meyer. Segundo ele, uma tendência daqui para a frente no mercado de empréstimos sindicalizados, para acomodar os bancos europeus nas transações, deverá ser de as empresas brasileiras aceitarem tomar parcelas em euros, não só em dólar. "É uma forma de não pagar o custo do swap embutido no custo do empréstimo", diz o executivo do BNP.

A Marfrig também está com transação de pré-pagamento à exportação no mercado, de total de mais de US\$ 200 milhões, de prazo de cinco anos, sob a liderança do Deutsche Bank e do ING. Em três semanas no mercado, a companhia já obteve esse total.

**Trabalhador é multado por má-fé**

09/06/2011- Valor Econômico

O ex-funcionário de uma companhia do setor de mapeamentos, para a qual trabalhou por 17 anos, foi condenado pela Justiça a pagar R\$ 10 mil à empresa por ter entrado com uma ação trabalhista considerada temerária. Ele alegou não ter recebido as horas extras devidas, assim como o cancelamento indevido do plano de saúde ao qual teria direito. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região (São Paulo), no entanto, entendeu que as declarações do ex-funcionário foram contraditórias em relação à jornada de trabalho e que ele não teria direito ao plano de saúde, após a rescisão contratual.

Ainda são raras as punições de trabalhadores pela chamada litigância de má-fé - pela apresentação de acusações não comprovadas no Judiciário ou recursos desnecessários para protelar o resultado das decisões. Os juízes, em geral, costumam condenar com muito mais frequência empresas ou advogados. Mas já existem algumas condenações no Tribunal Superior do Trabalho (TST). As decisões baseiam-se no Código de Processo Civil, que estabelece como punição o pagamento de um percentual de até 20% sobre o valor da causa.

Na recente decisão analisada pela 9ª Turma do TRT paulista, a relatora, magistrada Riva Fainberg Rosenthal observou que vislumbrou "com a necessária nitidez, a intenção do trabalhador de alterar a verdade dos fatos e de induzir o juízo a erro" e que também teria ficado evidente a vontade de prejudicar a empresa. Por isso, manteve com os demais desembargadores da turma, a condenação fixada pela 12ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Segundo o advogado Eduardo Máximo Patrício, do GMP Advogados, que fez a defesa da companhia, a empresa não só pagou plano de saúde para o ex-empregado, como continuou oferecendo o benefício por mais dois anos após a rescisão. Para o advogado, essas condenações já mostram uma nova tendência. "Apesar da fama de proteger o trabalhador, a Justiça trabalhista tem reconhecido a má-fé", diz.

Em uma outra decisão do TRT paulista da qual já não cabe mais recurso, o sócio de uma cooperativa, que prestava serviço para uma empresa da área de informática, teve que arcar com R\$ 1,8 mil de multa por má-fé. Ele afirmou que teria sido demitido pela empresa de tecnologia e entrou com ação pedindo verbas rescisórias. A empresa, porém, conseguiu comprovar que a demissão partiu dele - que já estava empregado em outro local e mesmo assim pediu seguro-desemprego.

A advogada que representou a empresa no processo, Daniela Beteto, do Trevisioli Advogados, afirma que ainda são poucos os casos em que se condenam trabalhadores. "A Justiça do Trabalho e a legislação trabalhista acabam sendo paternalistas, mas aos poucos isso está mudando", afirma. Para ela, essas condenações servem para "moralizar a Justiça do Trabalho e têm efeito didático para inibir condutas consideradas protelatórias e acusações inverídicas.

O interesse em retardar o desfecho de um processo trabalhista, ao contrário do que se pensa, não tem sido somente uma exclusividade do empregador. Há casos em que a Justiça tem entendido que a defesa do trabalhador tem utilizado meios para retardar a solução do processo. Foi o que ocorreu em um julgamento da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em março deste ano. Por maioria de votos, a Corte aplicou multa de 1% sobre o valor da causa a um empregado que entrou com recurso de embargos, considerado manifestamente protelatório e descabido.

A 4ª Turma do TST também aplicou recentemente uma multa de 10% do valor da causa a um eletricitário de São Borja (RS) por má-fé. Os ministros entenderam que a má-fé ficou explícita, pois o empregado teria entrado em contradição. Na minuta do agravo de instrumento, ele fala em término do contrato de trabalho com uma empresa fornecedora de eletricidade. E, em outro momento, ele afirmou nunca ter havido extinção do contrato. Para os ministros, em razão da natureza pública do processo, "o juiz do trabalho deve velar pelo seu bom andamento, impondo sanções pecuniárias a quem incorra em atos de deslealdade processual, seja empregador, seja empregado".

O juiz do trabalho Rogério Neiva Pinheiro, que atua em Brasília, afirma, no entanto, ter o conhecimento de pouquíssimos casos nos quais se condena o trabalhador por litigância de má-fé. Já as empresas são condenadas pela prática tanto na Justiça Trabalhista, quanto na Justiça comum. Para ele, a gratuidade da Justiça para o trabalhador, facilita muitas vezes a existência de ações temerárias, pois ele não terá que arcar com custas processuais e provavelmente só pagará honorários advocatícios se ganhar a ação. "Isso, teoricamente, não deveria representar carta branca para atos de má-fé", diz. Na prática, de acordo com o juiz, "há um esforço jurisprudencial e um amparo legislativo para que esses trabalhadores, muitas vezes, não sejam condenados".

## Aprovação da terceirização amplia competitividade

09/06/2011- Agência CNI

**Brasília** – O presidente da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Robson Braga de Andrade, saudou como "passo importante para se ampliar a competitividade das empresas" a aprovação, nesta quarta-feira, 8 de junho, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP), do projeto de lei regulamentando o trabalho terceirizado. O projeto será votado agora na Comissão de Constituição de Justiça, em caráter terminativo (sem ir ao plenário), seguindo depois ao exame do Senado.

"As empresas brasileiras lidam com uma legislação trabalhista anacrônica e de alto custo. A regulamentação da terceirização não só dá agilidade à empresa numa economia globalizada, de transformações rápidas e de concorrência feroz, como permite incorporar novas tecnologias, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade de produtos e serviços. A terceirização é uma antiga bandeira da CNI que caminha para se tornar realidade, modernizando o país", enfatizou Andrade.

O projeto de lei (PL) 4330/2004, que tramitava há sete anos na Câmara e nunca tinha sido votado, foi aprovado por 17 votos a 7 na CTASP. Permite contratações terceirizadas tanto para as atividades-meio quanto para as atividades-fim, revogando norma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que limita a terceirização das atividades-fim. Permite, também, a subcontratação em atividade especializada.

O PL estabelece como regra geral a responsabilidade subsidiária da contratante – ou seja, será responsável pelas obrigações trabalhistas caso a contratada não cumpra com elas. A responsabilidade passa a ser solidária em casos específicos, como falência da contratada.

Autor do projeto, o deputado Sandro Mabel (PL-GO) justifica a iniciativa afirmando que “as relações de trabalho na prestação de serviços a terceiros reclamam urgente intervenção legislativa, para garantir os direitos dos trabalhadores”. Já o relator do projeto, deputado Sílvio Costa (PTB-PE), que preside a CTASP, assinala, no seu relatório, que “a transformação da proposta em norma jurídica certamente virá em benefício de todos”.

O PL 4330/2004 integra a Pauta Mínima da CNI, uma relação de 21 propostas em tramitação no Congresso consideradas de alto impacto no ambiente de negócios.

## Federação paranaense recebe visitantes da África do Sul

09/06/2011- Agência CNI

**Curitiba** – A [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#) recebeu na última terça-feira (7/6) a visita das sul-africanas Nomkhita Mona e Nafeesa Dinie, representantes da UDDI (Uitenhage Despatch Development Initiative), agência para o desenvolvimento das cidades de Uitenhage e Despatch, na metrópole Nelson Mandela, região da província do Cabo Oriental. Eles vieram ao Paraná para conhecer as estratégias e programas da FIEP voltados para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo elas, a proposta da visita, além de parcerias e troca de informações sobre negócios e tecnologia, é conhecer melhor os programas criados no Sistema FIEP para estudar a possibilidade de implantar iniciativas semelhantes em suas cidades e, a partir delas, disseminar esses modelos para as cidades vizinhas.

Participaram do encontro a gerente de Projetos Estratégicos do [Serviço Social da Indústria do Paraná \(SESI/PR\)](#), Maria Cristhina Rocha; a coordenadora técnica de Negócios do Centro Internacional de Negócios (CIN), Janet Pacheco; o analista da gerência de Fomento e Desenvolvimento da FIEP, Adriano Fonseca, e o representante do Centro Internacional de Formação de Atores Locais (Cifal), do Sistema FIEP, Vinícius Carneiro.

De acordo com a chefe executiva da agência, Nomkhita Mona – que também é presidente adjunta da Câmara de Negócios da Metrópole Nelson Mandela Bay (antes conhecida como Port Elizabeth) - a visita a Curitiba e, mais especificamente, ao Sistema Fiep, foi muito relevante.

“Tudo o que vimos aqui nos interessou, como por exemplo, as soluções relacionadas a energias alternativas, biodiesel, programas sociais, inovação, rodadas de negócios

entre a academia e a indústria, desenvolvimento sustentável, linhas de financiamentos do Núcleo de Capital Inovador do C2i, fóruns de investimento, ferramentas do CIN para promover o comércio internacional e internacionalização das empresas, entre outros”, disse ela.

Segundo ela, com a implementação de novos modelos de desenvolvimento econômico e social na região da metrópole Nelson Mandela, a UDDI pretende beneficiar cerca de 1,4 milhão de pessoas. “Esse é nosso grande objetivo, disseminar essas ações para alcançar o maior número possível de habitantes”, concluiu.

## **Nova fábrica da GM exigirá mais de R\$ 350 milhões**

09/06/2011- Valor Econômico

A fábrica de transmissões que a General Motors decidiu construir no Brasil necessitará de um investimento superior aos R\$ 350 milhões destinados à unidade de motores, que começou a ser construída em Joinville. Segundo o vice-presidente de relações governamentais da GM, Marcos Munhoz, até o fim do ano será definido o local da nova fábrica.

O executivo confirma que Joinville está na lista de municípios analisados para receber o investimento, conforme antecipou o Valor na edição do dia 2 de junho. Fontes do governo catarinense já deram como certo que as transmissões da GM serão produzidas em Joinville. Mas, segundo Munhoz, outras cidades, principalmente da região Sul, ainda estão no páreo.

A GM precisa ampliar a capacidade de produção de transmissões no Brasil, já que a linha de São José dos Campos (SP), onde esses componentes são fabricados, não consegue abastecer a demanda das fábricas de veículos da montadora no Mercosul - três no Brasil e uma na Argentina. A diferença é suprida por meio de importação de peças fabricadas pela própria GM na Europa.

Segundo Munhoz, cerca de 80 mil do total de 750 mil transmissões que a companhia necessita para fabricar os carros no Brasil anualmente são importadas. A nova fábrica deverá ser concluída depois da inauguração da unidade de motores, prevista para 2012. A montadora americana precisa acelerar os planos de aumento de capacidade de produção no Mercosul, que hoje está em torno de um milhão de veículos por ano.

A direção da empresa está na fase de análise das projeções de crescimento de demanda para definir o próximo programa de investimentos no país. Segundo Munhoz, o novo plano deverá ser concluído nos próximos meses e abrangerá o período de 2013 a 2017. O último programa quinquenal, que inclui os recursos necessários para a construção da fábrica de transmissões, somou R\$ 5 bilhões.

A definição do tamanho do próximo programa de investimentos da GM no Brasil será uma das primeiras missões que a nova presidente da subsidiária, a americana Grace Lieblein, tem pela frente. A executiva assumiu o cargo no dia 1º, substituindo a também americana Denise Johnson, que deixou a filial subitamente depois de apenas oito meses na função.

Segundo Munhoz, apesar de a continuidade da expansão do mercado brasileiro indicar à indústria a necessidade de investimentos em ampliação de capacidade, os efeitos

das medidas do governo para restringir o crédito já aparecem na queda no ritmo de aumento das vendas.

A General Motors começou o ano prevendo que as vendas de veículos no Brasil cresceriam 5% a 7% este ano. "Mas o mercado mudou e agora estamos trabalhando com índices entre 4% e 5%", afirma Munhoz. O executivo se queixa do aumento da concorrência de marcas estrangeiras. "Está ficando mais barato pagar o Imposto de Importação de 35% e vender carros importados", diz. "Em 2012 estaremos numa situação dramática".

Lideradas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as empresas do setor se preparam para reivindicar ao governo medidas para elevar a sua competitividade e recuperar a vocação para exportar. As propostas se basearão em estudo que, segundo Munhoz, deverá ficar pronto entre 30 e 60 dias.

## **Brasil - Indústria de máquinas e equipamentos corre risco de extinção**

09/06/2011- IG

A indústria de máquinas e equipamentos no Brasil está ameaçada de extinção. O alerta partiu o presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos e Máquinas), Luiz Aubert Neto.

Durante participação no 22º Congresso Nacional de Aço e Expoaço, Neto destacou que o atual modelo econômico faz com que o Brasil perca competitividade no cenário global, ameaçando a indústria de bens de capital, que produz itens de alto valor agregado.

O presidente da Abimaq apontou o déficit da balança comercial do setor e criticou a falta de investimento do governo em máquinas e equipamentos.

Aubert Neto disse que, no ano passado o Brasil gastou R\$ 21 bilhões em educação; R\$ 49,7 bilhões em saúde e R\$ 5 bilhões em ciência e tecnologia, "o que representa menos de um terço do que foi gasto com pagamento de juros e com o custo de carregamento das reservas".

O presidente da Abimaq defendeu, entre outras coisas, a desoneração total dos investimentos, financiamentos (PSI), incentivos às exportações e inovação e desenvolvimento tecnológico para reverter "o quadro histórico de desindustrialização que já permeia o País".

## **Gigante russa do aço entra no Brasil.**

09/06/2011- IG

## **Severstal adquire participação de mina no Amapá que terá o objetivo de exportar minério de ferro para suas fábricas nos EUA.**

De forma bem discreta, a Severstal, a maior fabricante de aço da Rússia, entrou no Brasil. No mês passado, a empresa adquiriu 25% do capital da brasileira SPG Mineração por US\$ 49 milhões (cerca de R\$ 80 milhões). Embora o valor não seja tão expressivo para uma empresa que faturou US\$ 13,5 bilhões (cerca de R\$ 22 bilhões), o negócio é considerado estratégico pela gigante russa.

“No futuro, a mina, uma vez operando, pode ser uma fornecedora de minério de ferro de alta qualidade para nossas usinas siderúrgicas nos EUA assim como servir para atender a base de consumidores de minério de ferro nas Américas e Europa”, disse Boris Granovsky, diretor de desenvolvimento estratégico da Severstal-Resources, uma divisão da OAO Severstal, em entrevista ao **iG**.

Uma parcela dos recursos pagos pela gigante russa à SPG financiará a exploração geológica das minas licenciadas que ficam no Amapá. O objetivo é ratificar o potencial das reservas já encontradas. Em termos de produção anual, a mina pode processar 10 milhões a 20 milhões de toneladas de concentrado de ferro.

Segundo Granovsky, a estimativa é que as reservas de minérios sejam de 500 milhões a 1,5 bilhão de toneladas, com teor de ferro entre 40% e 45%. Como base de comparação, a mina de Carajás, da brasileira Vale, tem teor maior, por volta de 67%. De acordo com Granovsky, o projeto é localizado próximo a uma ferrovia e um porto já existente. Mas o diretor da Severstal não descarta o interesse de desenvolver a própria solução logística.

“A aquisição da Severstal no Brasil se encaixa na estratégia global de integração vertical (do minério à produção de aço)”, disse o executivo da empresa russa. “Investir nas matérias-primas relacionadas à cadeia do aço é uma das estratégias prioritárias da Severstal, permitindo a companhia desenvolver um portfólio global de projetos para diversificar o suprimento de matérias-primas e garantir o futuro crescimento das operações de aço”, analisa.

### **Privatização na antiga União Soviética**

A Severstal nasceu com a privatização dos ativos siderúrgicos pós-debacle da União Soviética nos anos 1990. Sua principal fábrica opera desde 1955 na cidade de Cherepovets, região noroeste da Rússia, com capacidade de 11,1 milhões de toneladas de aço bruto.

Na última década até a crise de 2008, a siderúrgica aproveitou o grande boom do setor e fez inúmeras aquisições na Ucrânia, Cazaquistão, Itália, França e principalmente de usinas nos EUA, tornando-se a quarta maior daquele país e uma das principais fornecedoras de produtos à indústria automotiva americana. A fábrica de Dearborn, em Michigan, adquirida pela Severstal em 2004, foi criada por Henry Ford.

Em 2006, a Severstal ganhou notoriedade no mundo do aço em razão de uma tentativa dos controladores da Arcelor de unir as operações das duas empresas de forma a evitar a oferta feita pelo indiano Lakshmi Mittal pelo controle da empresa. No fim das contas, a Arcelor acabou pagando uma multa de 140 milhões de euros à Severstal por não concluir a operação. Mittal formou a ArcelorMittal, maior siderúrgica do mundo.

Mesmo com o cenário de crise econômica, a Severstal continua entre as dez maiores siderúrgicas do mundo: ocupava a 9ª posição, segundo o ranking mais recente do World Steel Association (WSA), o de 2009. A brasileira Gerdau, melhor companhia brasileira entre as maiores produtoras de aço, é a 13ª colocada no mesmo levantamento.

A Severstal é controlada por Alexey Mordashov, um bilionário russo que ajuda manter, por meio de ações de filantropia, os famosos teatros Bolshoi, em Moscou, e o Mariinsky, em São Petersburgo, além de um famoso time de hóquei no gelo que leva o nome da empresa. A fortuna de Mordashov, de 45 anos, é estimada em US\$ 18,5 bilhões, segundo a revista Forbes, ocupando a 29ª posição entre os mais ricos do mundo.

Questionado sobre o interesse da Severstal em investir na produção de aço no Brasil, Granovsky declarou que "o Brasil é um dos mais fortes players de siderurgia e mineração do mundo. No momento estamos olhando para se certificar de que o potencial do projeto de mineração no Amapá atende às nossas expectativas antes de fazer quaisquer outros planos."

## Política industrial: inovação é o foco

09/06/2011- Newsletter Automotive

Inovação será a espinha dorsal da nova política industrial que o governo começa a empacotar com o nome de Programa de Desenvolvimento da Competitividade (PDC). O pacote, que a presidente Dilma Rousseff pode anunciar ainda em junho, foi analisado durante o **II Fórum da Indústria Automobilística**, promovido por **Automotive Business** em 11 de abril, em São Paulo. Na ocasião, o diretor da área de equipamentos de transportes do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Paulo Bedran, confirmou que o setor automotivo é considerado estratégico nesses estudos e receberá tratamento prioritário.

No *Estadão* desta quarta-feira, 8, a jornalista Raquel Landim reproduz afirmação do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, corroborando o recado que ele enviou ao mercado em abril por meio de Bedran: o PDC será uma injeção na veia de vitamina para a indústria, que vem sofrendo com o câmbio valorizado e a forte concorrência dos importados.

Enquanto os técnicos do MDIC estruturam o pacote de medidas, que devem estar alinhadas com financiamentos do BNDES para empresas inovadoras e criação de regimes tributários especiais, incluindo alguma desoneração da folha salarial, as montadoras avaliam o caminho para investir em centros de tecnologia avançados, que

permitam elevar a qualidade do conteúdo dos veículos locais e colocar os produtos automotivos brasileiros ao nível do mercado internacional. Seria esse um dos caminhos para estimular a competitividade nas vendas domésticas e também para a retomada das exportações.

A indústria automobilística deve aproveitar os benefícios da nova política industrial que o governo está alinhavando especialmente com a desoneração na compra de máquinas. Alexander Seitz, vice-presidente de compras da Volkswagen América do Sul, disse recentemente que o dólar barato representa um estímulo à modernização do parque industrial automotivo. Esse caminho foi reforçado por Pimentel, ao confirmar que a desoneração das máquinas será um dos pilares da nova política industrial.

Mauro Paraíso, do Centro Tecnológico da Mercedes-Benz do Brasil, garantiu durante o simpósio Materiais e Nanotecnologia, promovido pela SAE Brasil dia 6 de junho, em São Paulo, que a inovação é "mola propulsora" para redução de custos. Ele se referia, em especial, ao desenvolvimento de materiais para aplicação em veículos, cuja escolha se faz na primeira fase do projeto.

### **Investir em processo**

João Pimentel, diretor de compras da Ford para a América do Sul, que também participou do evento da SAE, avaliou que o pacote de incentivo à competitividade chegará em boa hora e alertou sobre as fortes perdas dos produtos brasileiros, como resultado da alta das commodities, dos elevados impostos, dos avanços nos custos de mão de obra. "Se não houvesse exigência de conteúdo local e vontade de estimular a produção local, a importação estaria abastecendo metade do volume de componentes que chega às linhas de montagem", analisou, lamentando que a matéria-prima aqui tem custo de 30% a 40% superior às médias internacionais. "A mão de obra no Brasil já custa 50% mais do que no México", advertiu.

Para o executivo da Ford, é preciso dar atenção especial à infraestrutura logística: "Não haverá porto ou aeroporto para atender o crescimento desejado se continuarmos no ritmo atual." No ambiente das fábricas, Pimentel entende que é indispensável investir em processos, para assegurar ganhos de produtividade. "Diante da emergência, não é possível contar agora com os resultados de pesquisa e desenvolvimento, que virão a médio e longo prazos. É hora de aperfeiçoar os processos utilizados na indústria automobilística", explica.

A nanotecnologia é um dos campos que devem receber maior atenção no País, tendo em vista o aperfeiçoamento de processos de produção e desenvolvimento de produtos com melhores propriedades e desempenho. "Por enquanto os nanomateriais não ganharam importância nas compras automotivas. São incipientes. Mas essa ciência é um caminho sem volta e devemos esperar uma evolução tecnológica para redução de massa em peças, diminuição no nível de emissões e melhores propriedades mecânicas de componentes automotivos", disse Roger Dias, diretor de compras do Grupo Fiat. Entre as aplicações conhecidas, ele cita os vidros do novo Uno, que ganharam propriedades desembaçantes com aplicação de nanotecnologia.

## **IR - Pessoa Física - Crédito do 1º Lote de restituição será creditado dia 15/6**

09/06/2011- Notas COAD

A Receita Federal do Brasil creditará no dia 15/6 o 1º lote multiexercício do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (exercícios 2011, 2010, 2009 e 2008).

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na Internet (<http://www.receita.fazenda.gov.br>), ou ligar para o Receitafone 146.

O lote residual do exercício de 2010 será acrescido da taxa selic de 1,99%.

Quanto ao lote residual do exercício de 2010, serão creditadas restituições para um total de 26.344 contribuintes, totalizando R\$ 65.127.048,87 (sessenta e cinco milhões, cento e vinte e sete mil, quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), já acrescidos da taxa selic de 12,14 % (maio de 2010 a junho de 2011).

Com relação ao lote residual do exercício de 2009, serão creditadas restituições para um total de 10.227 contribuintes, totalizando R\$ 20.086.241,85 (vinte milhões, oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos), já atualizados pela taxa selic de 20,60 % , (período de maio de 2009 a junho de 2011).

Já para o lote residual de 2008, serão creditadas restituições para um total de 5.120 contribuintes, totalizando de R\$ 13.933.094,36 (treze milhões, novecentos e trinta e três mil, noventa e quatro reais e trinta e seis centavos), já atualizados pela taxa selic de 32,67 % , (período de maio de 2008 a junho de 2011).

A restituição ficará disponível no banco durante um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerê-la por meio da Internet, mediante preenchimento do Formulário Eletrônico - Pedido de Pagamento de Restituição, ou diretamente no e-CAC, no serviço Declaração IRPF.

A Receita Federal informa, também, que, caso o valor não seja creditado, o contribuinte poderá contatar pessoalmente qualquer agência do BB ou ligar para a Central de Atendimento por meio do telefone 4004-0001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800-729-0088 (deficientes auditivos), para agendar o crédito em conta-corrente ou poupança, em seu nome, em qualquer banco.

## **Tribunal - Estabilidade de membro de CIPA garante reintegração, mas não indenização**

09/06/2011- Notas COAD

A estabilidade provisória de empregados que integram comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é garantia de emprego, e não de simples pagamento de indenização. Assim, quando um trabalhador dispensado sem justa causa, apesar de detentor desse tipo de estabilidade, ajuíza reclamação trabalhista requerendo indenização em vez de reintegração ao emprego, o pedido deve ser recebido como renúncia tácita à estabilidade.

Esse foi o entendimento da maioria da Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho, ao acompanhar voto do ministro Pedro Paulo Manus, no sentido de não conhecer de recurso de revista de ex-empregada da ATT/PS Informática que pretendia ser indenizada pelo período a que teria direito de estabilidade provisória como membro de CIPA.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) negou a indenização pedida por interpretar que o trabalhador com estabilidade provisória que pretende apenas a reparação em dinheiro exerce abusivamente o seu direito (incidência do artigo 187 do Código Civil). Ainda segundo o TRT, os artigos 165 da CLT e 10, inciso II, alínea "a", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, preveem a garantia de emprego aos eleitos para o cargo de direção da CIPA desde o registro de sua candidatura até um ano após o final do mandato, e o desrespeito a essas normas implica a reintegração do trabalhador dispensado de forma arbitrária ou sem justa causa. Contudo, somente é possível o pagamento de indenização substitutiva se a reintegração não for recomendada (artigo 496 da CLT).

No recurso ao TST, a trabalhadora alegou que, no caso de despedida arbitrária, sem justa causa, de membro da CIPA, não é necessário haver pedido de reintegração ao emprego para pleitear a indenização relativa ao período de estabilidade, uma vez que a reintegração era inviável. Entretanto, o ministro Pedro Manus discordou desses argumentos. O relator destacou que o TRT confirmara que a trabalhadora não tinha demonstrado interesse em retornar ao emprego. Por outro lado, a estabilidade provisória é garantia de emprego, e não de simples pagamento sem a correspondente prestação de serviço, afirmou o ministro.

O relator também esclareceu que a previsão do artigo 496 da CLT, que faculta à Justiça do Trabalho converter a reintegração em indenização, pressupõe que a reintegração seja o objeto do pedido principal, e a indenização o sucessivo. Para o ministro, os dispositivos que tratam da estabilidade provisória não estabelecem indenização pura e simples, exceto nas hipóteses dos artigos 497, 498 e 502 da CLT, que tratam de extinção de empresa e fechamento do estabelecimento - diferentemente da situação dos autos. Portanto, concluiu, o pedido de indenização formulado diretamente não poderia ser aceito, na medida em que não havia o prévio pedido de reintegração ao emprego feito pela trabalhadora.

Por fim, o ministro Manus verificou que os exemplos de julgados apresentados pela empregada não serviam para demonstrar divergência de teses jurídicas e, por consequência, autorizar o exame do mérito do recurso. A juíza convocada Maria Doralice Novaes votou com o relator, E a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes defendeu o conhecimento do recurso e ficou vencida.

Processo: ([RR-81400-59.2007.5.03.0009](#))

FONTE: TST

## Conectividade Social - Veja a mensagem divulgada pela Caixa Econômica Federal

09/06/2011- Notas COAD

Senhor Usuário do Conectividade Social,

Como é de conhecimento de V. Sa., o Conectividade Social tornou-se Conectividade Social ICP.

Para acompanhar esta mudança, o sítio da CAIXA na internet também mudou. Agora, o acesso ao canal pode ser feito na própria página inicial, por meio do banner que dá acesso ao HotSite do Conectividade Social ICP. O acesso também poderá ser realizado selecionando a opção "FGTS" e, logo após, "Conectividade Social ICP".

É muito importante que sua empresa observe o cronograma divulgado pela CAIXA para obter o certificado digital no modelo ICP-Brasil, caso ainda não disponha de um, e passe a acessar o novo canal. Veja o cronograma no sítio da CAIXA na Internet, no mesmo endereço mencionado acima. A partir de 01 de janeiro de 2012, o acesso ao canal somente poderá ser feito por meio da nova versão, com certificado digital ICP-Brasil.

Para acessar o canal na versão ICP-Brasil, selecione a opção "Conectividade Social ICP" no menu "Serviços On-line" com seu certificado digital já inserido em seu computador. Para acessar a versão antiga, da Conexão Segura, clique em "Conectividade Social".

Está disponível, também, a nova versão do Visualizador de Relatórios. Será possível a visualização do Arquivo de Informação de Saldo, do Extrato Para Fins Rescisórios e do Relatório de Contas com Inconsistências Cadastrais solicitados no Conectividade Social ICP e disponibilizados na Caixa Postal do novo canal.

Para mais informações, acesse o sítio da CAIXA na internet, opção "FGTS", "Conectividade Social ICP" e leia o "Guia de Orientações ao Usuário" disponível na seção "Como Utilizá-lo".

Cordialmente,

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fonte: Conectividade Social (.Pri)